

POLÍTICA OPERÁRIA

A urgência de uma política proletária ante o descontrole da pandemia

Em março de 2021, após mais de 280 mil mortos por covid-19 contabilizados oficialmente, a aplicação das primeiras medidas de isolamento social diante da pandemia completou um ano. Inicialmente, a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) foi negada por Bolsonaro e adotada por governadores, capitaneados por João Doria (PSDB). **As esquerdas centristas e reformistas seguiram Doria e se colocaram por detrás da bandeira de defesa da ciência e do #FiqueEmCasa, suspenderam o ato nacional do dia 18 de março, fecharam as portas dos sindicatos e promoveram ações assistenciais.**

O poder econômico que se expressou na posição bolsonarista de "salvar a economia", foi pouco a pouco derrubando as barreiras também nos governos estaduais e as medidas de isolamento social foram flexibilizadas em todo o país. Com o desenvolvimento das vacinas, **o conflito entre Doria e Bolsonaro refletiu a guerra comercial entre China e Estados Unidos.** O seguidismo de Bolsonaro a Trump condicionou suas posições econômicas e ideológicas. O amo imperialista inclusive interferiu para impedir que o Brasil comprasse a vacina desenvolvida na Rússia. Com a vitória de Biden, os Estados Unidos passaram a encabeçar, mundialmente, a imunização e o enfrentamento à crise econômica. A guerra comercial assumiu outra dimensão com o impulso às vacinas de laboratórios norte-americanos, como a Pfizer e Moderna.

O colapso do sistema de saúde no Amazonas, com a falta até de oxigênio, expôs (mais uma vez) a postura criminosa do Ministério da Saúde controlado por Bolsonaro e abriu as portas para um novo agravamento da pandemia, evidenciado em todo o país. **O Brasil se tornou o epicentro mundial da pandemia com alta nos contágios, mortes e mutações do vírus.** Diante da lenta e insuficiente vacinação, colocou-se novamente a questão do isolamento social.

O que este percurso mostra é que a burguesia, seja qual for sua ala, é incapaz de proteger a vida das massas. Por



baixo da guerra comercial, das disputas interimperialista ou dos conflitos eleitorais, está a maioria oprimida, mais vulnerável ao vírus e esmagada pela fome, miséria e desemprego que acompanham a crise econômica e pandêmica. A ausência de oxigênio e as mortes nas filas das UTIs expõem o fracasso geral da política burguesa: o capitalismo não tem mais nenhum papel progressivo a cumprir e arrasta a humanidade para a desintegração social. A política burguesa do isolamento social expressa isso, nunca chegou a todos, pois o poder econômico definiu, e continua definindo, quem são os protegidos e os expostos ao vírus.

A disputa interburguesa, ainda que exponha diferenças na condução da pandemia, não pode ocultar que a burguesia, de conjunto, é responsável pela mortandade, em particular a burguesia imperialista. Sob o capitalismo, a ciência, o conhecimento e a tecnologia assumem a forma de capital, operam sob o imperativo da obtenção de lucros o que impede sua aplicação em favor da maioria oprimida. Para de fato proteger as massas, seja no mundo, seja no Brasil, será necessário centralizar os recursos econômicos, sanitários e científicos com sua aplicação rigorosamente planejada. O que só pode se dar retirando o poder das mãos da burguesia. Mesmo as potências imperialistas governadas por "não negacionistas", agiram sob a batuta do capital financeiro e monopolista, impedindo a cooperação internacional necessária, para acelerar o desenvol-

vimento de vacinas e a imunização. As fronteiras nacionais seguem como um bloqueio às forças produtivas, assim como as relações de produção capitalistas. A defesa da vida da maioria depende de um plano revolucionário de expropriações, estatizações, quebra de patentes e controle operários do sistema de saúde, de transporte, das alavancas da economia nacional e a negação do pagamento da dívida pública.

A nova onda de decretos de isolamento social é incapaz de tirar do poder econômico o poder de decidir quem se expõe e quem se protege, a definição dos serviços "essenciais" está longe de ser ditada pela "ciência". Aproveitando-se do recuo das organizações de massa, o governo e Congresso Nacional seguirão impondo as contrarreformas, a aprovação da PEC Emergencial é mais um elo da Reforma Administrativa, que pretende igualar a condição dos servidores públicos à desproteção que impera no setor privado. Essencialmente, a burguesia seguirá protegendo o grande capital e sacrificando as condições de existência da maioria oprimida.

Ainda que as condições subjetivas de organização dos trabalhadores estejam em total descompasso com as condições objetivas de esgotamento do sistema capitalista, é preciso aprender com este terrível episódio da história da humanidade e abandonar a política da conciliação de classes, do alinhamento em torno das disputas interburguesas e preparar uma guinada para que as massas transformem sua revolta em organização consciente.

Não é tarefa fácil, a crise de direção é muito profunda. As direções sindicais e populares abriram mão de uma resposta própria dos explorados, que só é consequente quando acompanhada da defesa dos métodos da ação direta. A exposição das raízes dos violentos efeitos da crise econômica e pandêmica, para ser consequente, precisa vir acompanhada da defesa da erradicação dessas raízes, por meio da luta pela tomada do poder por meio da revolução e ditadura proletárias. A defesa da frente única anti-imperialista tem um importante papel a cumprir na centralização das massas, que estão sofrendo atomizadas todos os ataques.

A defesa da vida, se não se dá em conjunto com a luta contra a brutal onda de demissões, não passa de abstração. As centrais e sindicatos, em vez de lutarem pelos empregos e contra o fechamento de fábricas, usaram a farsa das assembleias virtuais para aplicar medidas antioperárias, como a MP 936, que suspendeu os contratos e reduziu os salários. A conciliação agravada após o desmonte do ato nacional de 18 de março não serviu para

proteger vidas, mas desarmou os explorados ao lhes retirar qualquer perspectiva de organização própria, lhes delegando o papel de espectadores das quixotescas campanhas virtuais de pressão parlamentar e jurídica. Mesmo com a eclosão de greves como as dos metalúrgicos da Renault e dos trabalhadores dos Correios, as burocracias sindicais se mantiveram inertes, e esses movimentos ficaram isolados e foram derrotados. **Estas não foram derrotas apenas dos trabalhadores da Renault e dos Correios, foram derrotas conjuntas da classe operária e demais explorados, pois fortaleceram a burguesia para seguir livremente seu curso de destruição de postos de trabalho e antigas conquistas trabalhistas e sociais.**

Apesar da unidade da burguesia em torno das contrarreformas, a crise política continua avançando. Mais um Ministro da Saúde caiu. Seguem as disputas em torno das pressões inflacionárias e intervenção na Petrobrás. **A sustentação do governo Bolsonaro não se apoia somente nos militares, tem como âncora fundamental a política colaboracionista da burocracia sindical.** A anulação das condenações de Lula e a disposição de parte do STF aprovar a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro anteciparam a guerra eleitoral. **É fundamental distinguir a defesa democrática de restituição dos direitos políticos de Lula da submissão dos movimentos ao eleitoralismo do PT.** Diante da possível candidatura de Lula, os bolsonaristas voltam a atizar a classe média, desenvolvem-se as tendências fascizantes de se apoiar nestas camadas, para enfrentar a classe operária e demais explorados caso eles saiam em defesa de suas condições de vida com seus métodos próprios. A tendência é de potencialização da crise política e da luta de classes.

A tarefa prioritária é romper as amarras da conciliação de classes, para isso, devemos partir da defesa de um plano de emergência próprio dos explorados diante da pandemia. É parte fundamental desse programa defender os empregos e os salários; derrubar as contrarreformas antipopulares e antinacionais; expropriar os monopólios e não pagar a dívida pública; impor a vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. Não podemos nutrir nenhuma confiança na burguesia na condução da política diante da pandemia e do desemprego. É preciso demonstrar a necessidade de colocar os recursos do país a serviço da retomada dos empregos e superação da pandemia, o que nos leva ao confronto com o imperialismo. Segue a necessidade de erguer os comitês e assembleias populares.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME



A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$ 40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Sobre a unidade necessária entre estratégia, reivindicações e métodos de luta

Ao longo da pandemia, temos visto criar-se um abismo entre as reivindicações empunhadas pelas direções dos movimentos sindical e popular e os métodos empregados para conquistá-las, vamos exemplificar com a nota da diretoria do ANDES-SN de 27 de fevereiro. Nela se exige "lockdown Nacional imediato", com "Renda Emergencial e sem a redução dos valores, de forma a garantir a sobrevivência com dignidade de todo(a)s o(a)s brasileiro(a)s" e "manutenção dos empregos"; e "vacina Pública e Gratuita para todo(a)s", com quebra das patentes. Nenhuma linha da nota trata, porém, dos métodos para se conquistar tais reivindicações. Imaginamos, porém, que se trata da continuidade da política adotada pela direção sob a pandemia. Em março de 2020, estávamos às vésperas da construção da Greve Nacional dos Servidores Públicos Federais, já naquele momento os dirigentes avaliaram que seria irresponsabilidade manter o caminho da luta e a suspenderam em nome da política do "Fique em Casa". De lá para cá, foram inúmeras lives e campanhas virtuais. As práticas antissindicais das eleições e assembleias virtuais se impuseram e vemos a categoria cada vez mais atomizada e sem iniciativa própria. Uma marca do período também é a banalização dos métodos de luta com "atos" virtuais e a atual defesa da "greve" sanitária, uma medida de boicote individual que não pode ser chamada de greve. Mesmo quando as ações foram para além das telas dos celulares e computadores, o máximo a que chegamos foram os atos performáticos ou simbólicos em que apenas dirigentes sustentam algumas faixas e fazem a transmissão para as redes sociais, uma modalidade "híbrida".

Eis que, como um raio em céu azul, a Circular do ANDES nº 083/2021, de 15 de março, informando sobre uma "Jornada de Lutas do(a)s Servidore(a)s Público(a)s", com as seguintes atividades:

- 15 e 16/03/21 – Seminário Nacional sobre a REFORMA ADMINISTRATIVA. As mesas de debate estão sendo transmitidas pela página do ANDES-SN e pela página do FONASEFE "Reforma Administrativa Não" no Facebook;
- 16/03/21 – Reunião ampliada - discussão da conjuntura do calendário de lutas e da indicação da GREVE GERAL DOS SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS) do BRASIL no dia 24/03;
- 17/03/21 – Protocolo da Pauta de reivindicações com bandeira e faixa (Em Brasília e nas cidades possí-



is);

- 18/03/21 – Dia Nacional de audiências e pressão no poder legislativo nas três esferas;
- 24/03/21 – INDICATIVO DE GREVE DOS (A S) SERVIDORES (A S) PÚBLICOS(AS).

Não sabemos por que o calendário aprovado na reunião virtual do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) de 23 de fevereiro contra a Reforma Administrativa (PEC 32/20) e PEC Emergencial (PEC 186/19) demorou tanto para ser divulgado pela direção do Andes, inclusive sendo enviado em data posterior à aprovação da PEC Emergencial. Porém, vejamos os métodos propostos pelo FONASEFE, inclusive com as ações de fevereiro

e início de março: todas confluem no apelo à participação virtual dos servidores públicos, para pressionar o executivo federal, legislativo e judiciário. A "mobilização" se dá por meio de campanhas e seminários virtuais. Como é possível, então, falar de uma "greve nacional" no dia 24 de março? O Andes nem mesmo orientou as seções sindicais a realizarem assembleias. **Que tipo de greve é essa? É evidente que não passa de uma farsa.**

Talvez a nota da CUT explique melhor do que se trata, pois a central está chamando um "lockdown dos trabalhadores em defesa da vida", para o dia 24 de março, orientando a ficar em casa e "refletir sobre o que acontece no Brasil" (!) Mais uma vez o abismo entre métodos e reivindicações! Dizem que assim lutarão por vacina para todos, empregos, contra a carestia, privatizações e pelo "Fora Bolsonaro". Pelo menos são honestos em dizerem que o "lockdown" não é uma greve geral. Se fossem mais honestos, diriam que não será nem mesmo um "lockdown" de verdade, afinal, como já estamos fartos de saber, "ficar em casa" não é uma opção viável para dezenas de milhões de trabalhadores.

O descompasso entre método e reivindicações não vem de agora, no passado já vimos como foram cultivadas as formas passivas e corporativistas de se contrapor aos ataques. Além disso, vimos o abandono da classe operária ao controle das burocracias sindicais profundamente estatizadas. Antes da pandemia, as marchas multitudinárias que tivemos se apoiaram prioritariamente nas classes médias, com ênfase no serviço público e setor da educação. São estes os setores que seguem ainda com alguma possibilidade de gozar do isolamento social, mesmo que às custas da deterioração das suas condições de trabalho e estudo. O problema é que a pequena-burguesia generaliza suas condi-

ções para os demais trabalhadores. A necessidade é oposta. É preciso uma política proletária, inclusive no meio da pequena-burguesia, capaz de ligar reivindicações e métodos.

É claro que reivindicações e métodos estão condicionados pela estratégia dos partidos políticos, evidenciada ou oculta. A passividade cultivada às custas da ilusão na solução dos problemas pela via jurídico-parlamentar é parte da estratégia reformista. O corporativismo corresponde aos interesses das burocracias sindicais, que são aparelhadas pelas correntes políticas reformistas e centristas, as lutas em separado de cada setor e categoria garantem os currais para suas políticas eleitorais. Por outro lado, a política revolucionária, que só pode corresponder à direção política do proletariado, estimula os oprimidos a confiarem em suas próprias forças e a usarem os métodos históricos da classe operária como as greves, piquetes, marchas e ocupações. A democracia operária é uma necessidade para essa política, pois as assembleias de base são o espaço de deliberação e coordenação da ação direta das massas; a necessidade de centralizar os lutadores dá origem à formação dos comitês. São métodos incompatíveis com a ilusão de que a burguesia

possa resolver os problemas das massas. São métodos ligados à necessidade da revolução proletária e formação de um governo operário e camponês.

Estamos vivendo um profundo retrocesso político e organizativo da classe operária em nível nacional e internacional. Mesmo assim, temos visto, mesmo sob a pandemia, as massas explodindo em revoltas em todos os cantos do planeta. Citamos como exemplo os levantes antirracistas, que se iniciaram nos Estados Unidos e se espalharam pelo mundo; a greve dos camponeses indianos; a luta democrática contra o golpe em Myanmar; e os protestos dos paraguaios pela condução da pandemia. Em todos estes episódios ainda sofremos com a falta de uma direção revolucionária, porém está evidente a tendência das massas recorrerem à ação direta para se defenderem.

Para alcançar vacina para todos (começando pelos mais pobres que sofrem com a maior letalidade do vírus); defender os empregos; combater as privatizações; revogar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e derrubar a Reforma Administrativa em curso, precisamos mudar imediatamente os métodos de luta.

Governo mantém o intervencionismo sobre as universidades

Desde as eleições de 2018, o Estado policial tem crescido sobre a atuação das universidades. Naquela ocasião, quando das eleições presidenciais, juízes regionais começaram a proibir “manifestações político-partidárias” no interior dos campi universitários, exigindo, inclusive, que cartazes e faixas contra candidatos ou de partidos fossem retirados de prédios. Esse era mais um passo no fortalecimento do caráter policial do Estado, a serviço da repressão, intimidação e censura, que esteve ligado ao processo de golpe em 2016 e a constituição da ditadura civil de Temer.

Passadas as eleições e com a vitória de Bolsonaro, a ultradireita obteve o poder para orquestrar ações mais regulares contra todas as vozes dissonantes, independente do matiz ideológico.

Assim, a partir de 2019, começam as intervenções diretas do governo federal, com a escolha de dirigentes para as instituições de ensino, sejam universidades ou institutos federais. As declarações do então ministro Abraham Weintraub, bem como o encaminhamento da proposta do “Future-se”, com mais uma versão já, sem aprovação ainda, também estão dentro deste processo. A intimidação política combina-se com a reestruturação financeira e com a retirada da pouca autonomia administrativa das instituições de ensino. Trata-se de um mesmo processo que pretende

transformar as instituições federais em extensão direta das diretrizes econômicas, políticas e ideológicas do governo. O que temos assistido em 2021 é apenas a continuidade desse processo e consequência direta do fato de que as universidades nunca tiveram realmente autonomia financeira, administrativa e política diante do Estado burguês.

Chegamos ao final de janeiro com vinte instituições de ensino federal sob intervenção direta do governo, com reitores e gestores escolhidos por Bolsonaro. Segundo a lista do ANDES-SN, todas as cinco regiões do Brasil têm atualmente reitores-interventores, que não foram escolhidos pelas consultas das comunidades universitárias. Reitores impostos para reordenar administrativa e politicamente as universidades, conforme a orientação direta do governo. Não é à toa que mesmo docentes que já geriram universidades, como o ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), tenham sido censurados abertamente por proferir “manifestação desrespeitosa e de desprezo direcionada ao Presidente da República”. No caso de ex-reitor e um de seus pró-reitores, isso resultou em “termo de ajustamento de conduta”, publicado no Diário Oficial da União, no início de março de 2021.

Ainda em março, no dia 10, a professora Erika Suruagy foi intimada a depor na Polícia Federal por ser representante da ADUFERPE, em função de uma campanha realizada,

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**



ainda em 2020, por sindicatos da educação do estado de Pernambuco contra o governo Federal.

Estes últimos eventos não surpreendem, diante do Ofício-Circular nº 4/2021/DIFES/SESU/SESU-MEC, de 07 de fevereiro, que rodou as universidades durante fevereiro, e apresentava a “recomendação” do Ministério Público Federal que objetivava “prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino”. O instrumento criado pelo MPF e aceito pelo MEC tinha a clara intenção de intimidar, coibir e reprimir qualquer manifestação contra o governo. Trata-se de mais um passo na escala repressiva do Estado policial, que vem atingindo os movimentos sociais e sindicatos, que regularmente são punidos ou têm seus dirigentes processados. Essa investida antidemocrática visava a coibir qualquer manifestação política que não estivesse alinhada à corrente dominante no poder, o bolsonarismo. Com a má repercussão do Ofício, claramente pró-governo, e com as disputas entre as frações políticas que atuam no parlamento, o próprio MEC recuou e o cancelou em 04 de março, apontando não haver legislação pertinente sobre o assunto. Ou seja, “recomendações” e medidas como essas podem voltar à baila assim que o governo achar necessário e tiver maior coesão entre as esferas do Estado.

O problema fundamental em relação a estas intervenções, intimidações e processos de censura está em que não há um movimento contra elas. Com exceção de alguns pequenos atos simbólicos que ocorreram em 2020 contra a intervenção externa, as instituições de ensino federal estão à mercê das decisões do governo e diante de direções sindicais e estudantis passivas. O ANDES-SN, nosso sindicato, chegou a comemorar o recuo do governo quanto ao Ofício-Circular. Mas, sabemos que nada está garantido!

Essas medidas do governo, esse breve histórico, revelam o quanto a autonomia universitária não existe de fato. A administração das universidades por meia dúzia de professores não garante nenhuma independência frente aos

governos. Na maior parte do tempo e na maioria absoluta das universidades, as reitorias, mesmos as “eleitas” pelas consultas internas, atendem às diretrizes gerais do MEC e do governo. São correias de transmissão de uma política alheia à universidade. As decisões em torno da suspensão e retorno das aulas (na modalidade remota), tanto neste ano quanto no anterior, por exemplo, foram guiadas pela normatização e pelas pressões do MEC e do governo. A maior parte dos professores, técnicos e todos os estudantes apenas seguem o que vêm “de cima”. Todos sabemos, por exemplo, que todos os Conselhos e a própria Reitoria ignoram completamente a participação dos estudantes. Estes têm meia dúzia de “representantes” nos Conselhos Universitários. São sub-representados, portanto, em relação ao seu peso real dentro das universidades e ninguém nunca contesta isso, ou acha que é um “abuso autoritário do governo”. A ausência de autonomia de verdade e democracia interna real nas Universidades reproduz a estrutura autoritária da sociedade de classes. O abandono de luta pela autonomia e democracia, - entendidas como o autogoverno da comunidade universitária, com governo tripartite subordinado à Assembleia Geral Universitária - torna mais fácil a Bolsonaro estrangular o pouquíssimo de autonomia e de democracia internas que nos restam.

Lutar contra a intervenção governamental, contra a censura, exige necessariamente um movimento geral no interior das universidades. Exige a retomada das lutas e assembleias presenciais, de um movimento contra a escalada do Estado policial, que se volta contra as universidades, mas que é permanente contra os movimentos sociais e as mobilizações dos explorados. Sem uma política ativa, de mobilização e de luta, a política repressiva só tende a crescer ao longo de 2021 e nenhuma “vitória” de fato será uma vitória, como indicou agora a direção do ANDES-SN. Esses pequenos recuos são apenas um intervalo para novas investidas do governo autoritário que, sem dúvida, continuarão no próximo período.

Plenária do SINASEFE: Ações virtuais mantém a categoria desarmada contra os ataques do governo

No dia 27 de fevereiro, o Sinasefe realizou sua 166ª Plenária Nacional, de forma virtual. A Plenária ocorreu em uma conjuntura de duros ataques de Bolsonaro/Guedes/Congresso Nacional ao funcionalismo público. Apesar disso, as correntes e organizações mantêm a categoria desarmada. Defendem as ações individuais, dos meios virtuais e carreatas que isolam a categoria, além da bandeira de desgaste eleitoral, expressa pela defesa do impeachment. A plenária decidiu ratificar a deliberação da “Greve Sanitária” contra o retorno ao trabalho presencial; indicar o dia 24 de março como Dia Nacional de Greve Geral dos Servidores Públicos do Brasil, orientando a convocatória de assembleias pelas seções sindicais para discutir essa greve; criar o Comando Nacional de

Mobilização e Greve Contra o Trabalho Presencial ou Híbrido; e defender um lockdown nacional, de acordo com a recomendação dos cientistas, por tempo suficiente para salvar as vidas, permitir a recuperação do Sistema Único de Saúde (SUS) e com as condições objetivas, para que as pessoas e as pequenas empresas possam se manter pelo período que seja necessário.

Nota-se uma grande distância entre os desejos dos participantes (aplicação da medida científica do isolamento social por tempo indeterminado, recuperação do SUS e garantia da sobrevivência das “pessoas e pequenas empresas”) e os métodos capazes de obtê-los (a continuidade das formas virtuais). Assim, descoladas da luta de classes, as defesas gerais não passam de cobertura para a defesa

corporativa do isolamento social para si mesmos. Afinal, para aplicar a ciência e os recursos nacionais para salvar vidas, é preciso que a condução da resposta à pandemia seja retirada das mãos da burguesia e não há plenária, tuitaço ou greve virtual capaz de tal façanha.

Nos estados da Paraíba e Pernambuco, a Corrente Proletária na Educação/POR participou de atividades prévias à 166ª Plenária Nacional do Sinasefe, assembleia e debate de conjuntura. Usou os espaços como tribuna para a defesa da retomada da luta presencial, fazendo a crítica, portanto, às deliberações em ambientes virtuais e não submetendo seus nomes à votação para delegados e observadores.

No debate virtual, promovido pela seção do Sinasefe em Pernambuco, o PSOL (que integra a direção nacional), falou das limitações dos métodos jurídicos, mencionando as derrotas acumuladas, principalmente a respeito do congelamento salarial. Justificaram que as investidas jurídicas são por pressão da base. Dessa forma, omitem a responsabilidade do próprio PSOL, que já no início da pandemia, seguiu a política do “isolamento” social, e com as plenárias online intensificou os métodos de pressão jurídico-parlamentar, em substituição aos métodos de ação direta. Os reformistas do PT insistem em defender as ilusões das eleições burguesas, além do faz de conta das ações individuais, convocadas pelas centrais.

Nos espaços em que atuou, a CPE/POR apontou que uma resposta à altura dos ataques só poderá ser encontrada pela categoria, retomando os métodos presenciais de organização e manifestação. Não é possível responder aos ataques aos servidores públicos com corporativismo e métodos virtuais. O seguidismo à política burguesa de “isolamento” social pelas direções sindicais desarmou as massas. O ataque aos serviços e servidores públicos é continuidade das contrarreformas, que servem para destruir direitos e reduzir o valor da força de trabalho. Sem resposta coletiva da categoria, a volta das aulas presenciais está sendo ditada pelos governos, em meio ao mais grave momento da pandemia no país. As direções sindicais se negam a convocar as Assembleias presenciais por causa do vírus e defendem a “greve” sanitária, que não passa de um boicote individual, onde os professores, em geral, continuam dando aula a distância, por meio do desastroso ensino remoto.

É impossível defender a vida dos professores diante do coronavírus à margem das demais reivindicações de defesa da educação pública, empregos e direitos sociais. Diante disso, além da retomada das assembleias presenciais da Rede Federal de Ensino, é urgente que as centrais e sindicatos convoquem um dia nacional de luta, que construam realmente uma greve nacional do funcionalismo e que exijam das centrais e movimentos a construção dos comitês em defesa dos empregos, salários, direitos e vacinação de todos, começando pelos mais pobres.

Sindicatos docentes do Paraná na prática se colocam do lado do governo

Os sindicatos são organismos criados no passado – século XIX – pela classe operária para proteger suas condições de vida e trabalho ameaçadas pela exploração capitalistas. Sua função é organizar a revolta da classe transformando-a em ações práticas que defendam a sobrevivência do trabalhador. Não é o que os sindicatos docentes do Paraná vem fazendo.

Usando o pretexto da pandemia, em 2020, os sindicatos renunciaram de conjunto a realização de qualquer ação prática pela reposição das perdas salariais que hoje beiram os 25%!

Agora, em 10 de fevereiro, se reuniram com o superintendente de Ciência & Tecnologia e na sequência divulgaram um comunicado informando que: “... em relação à reposição salarial, o superintendente afirmou que não endossa a reivindicação, mas se prontificou a buscar uma interlocução dos sindicatos com os setores do governo que tratam das finanças do estado”. Mais nada.

Em todo o comunicado, não há uma linha dizendo o que os sindicatos então vão fazer em face a essa “resposta”. O mais provável é que continuem fazendo a “luta

pela vida”, mandando os professores ficarem em casa e eles fazendo a guerra virtual, também desde suas casas. Ou seja, nada!

Em nota de 11 de abril, esse conjunto de sindicatos voltou a soltar uma nota conjunta em que não se fala da campanha salarial, mas, apenas se “insurge” contra a flexibilização, contra a volta às aulas presenciais, etc., ou seja, preparando o terreno para justificar o abandono de qualquer luta efetiva.

Mais cedo ou mais tarde, o governo vai obrigar o retorno às aulas presenciais. A pressão dos comerciantes, imobiliários, donos de cursinhos e outros setores levará logo o governo a decretar o retorno, como ocorre em toda parte. Os docentes e estudantes não terão como reagir às condições inadequadas, que fatalmente enfrentarão sem organização e sem erguer um programa de emergência dos explorados, assentada na mobilização e nas assembleias presenciais.

Se as direções sindicais não reagirem e alterarem o rumo da colaboração de classe que estão seguindo, além de um retorno em situação precária às aulas presenciais, os docentes amargarão mais e mais derrotas.